



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
2ª CÂMARA

**PROCESSO TC N.º 16954/16**

Objeto: Pensão Vitalícia

Órgão/Entidade: PBPREV

Interessado (a): Doraci Hermínia da Silva Galdino

Relator: Cons. Subst. Oscar Mamede Santiago Melo

EMENTA: PODER EXECUTIVO – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA – ATO DE GESTÃO DE PESSOAL – PENSÕES – APRECIÇÃO DA MATÉRIA PARA FINS DE REGISTRO – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO III, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, E NO ART. 1º, INCISO VI, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 18/1993 – EXAME DA LEGALIDADE – Assinação de prazo.

**RESOLUÇÃO RC2 – TC – 00022/18**

A 2ª CÂMARA DELIBERATIVA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo TC n.º **16954/16**, RESOLVE, à unanimidade de seus membros, na sessão realizada nesta data:

Art. 1º - ASSINAR o prazo de 60 (sessenta) dias para que o gestor da PBPREV tome as providências necessárias no sentido de restabelecer a legalidade, conforme relatório da Auditoria, sob pena de multa, denegação do registro do ato concessivo e responsabilização da autoridade omissa.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Presente ao julgamento o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas  
Publique-se, registre-se e intime-se.

TCE – Sala das Sessões da 2ª Câmara, Mini-Plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa

**João Pessoa, 15 de maio de 2018**

CONS. ANTÔNIO NOMINANDO DINIZ FILHO  
PRESIDENTE

CONS. ARNÓBIO ALVES VIANA

CONS. EM EXERC. ANTONIO CLÁUDIO SILVA SANTOS

CONS. SUBST. OSCAR MAMEDE SANTIAGO MELO  
RELATOR

REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
2ª CÂMARA

**PROCESSO TC N.º 16954/16**

**RELATÓRIO**

CONS. SUBST. OSCAR MAMEDE SANTIAGO MELO (Relator): Cuida o presente processo do exame da legalidade do ato de concessão da PENSÃO VITALÍCIA concedida a Doraci Hermínia da Silva Galdino, beneficiário (a) do (a) ex-servidor (a) Sr. (ª) Manuel Galdino, cargo Vigilante, matrícula 468.511-3, com lotação no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

A Auditoria deste Tribunal, com base na documentação encartada aos autos, sugeriu notificação da Autoridade Responsável a fim de notificar a beneficiária para que esta optasse por uma das pensões, tendo em vista a percepção ilegal de duas pensões pela beneficiária.

Notificada a PBPREV apresentou defesa conforme DOC TC 51806/17, a Auditoria ao analisar a defesa verificou que, embora, a beneficiária tenha sido notificada não manifestou seu desejo de optar por uma das pensões, motivo pelo qual sugeriu a Auditoria que fosse reiterada a notificação ao gestor da PBPREV para que esta adote as providências cabíveis junto à beneficiária, com os esclarecimentos possíveis, inclusive, com a possibilidade de suspensão do benefício em análise, caso permaneça inerte.

Notificada, a PBPREV apresentou defesa às fls. 41/44 na qual informou que notificou a beneficiária (fls. 43), conforme a solicitação desta Corte, contudo, mais uma vez, a pensionista não se manifestou até o presente momento. Diante disso, a Auditoria sugeriu que fosse assinado prazo para a autoridade competente para que suspendesse uma das pensões da beneficiária, sob pena de multa em caso de omissão, juntando aos autos cópia da Portaria de suspensão do ato concessório, bem como sua publicação.

O Processo foi encaminhado ao Ministério Público que através de sua representante emitiu COTA, pugnando pela assinatura de prazo, através de resolução, ao atual Presidente da PBPREV, ou quem suas vezes fizer, para proceder às medidas antes discriminadas, sob pena de cominação de multa pessoal, prevista no artigo 56 da LOTC/PB em caso de omissão ou descumprimento das determinações, dentre outros aspectos.

É o relatório.

**PROPOSTA DE DECISÃO**

CONS. SUBST. OSCAR MAMEDE SANTIAGO MELO (Relator): A referida análise tem como fundamento o disciplinado no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado da Paraíba, e o estabelecido no art. 1º, inciso VI, da Lei Complementar Estadual n.º 18/1993, que atribuíram ao Tribunal de Contas do Estado a responsabilidade pela apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos concessivos de pensão.

Do exame realizado, conclui-se que se faz necessária assinatura de prazo ao gestor da PBPREV, para tomar as medidas necessárias sugeridas pela Auditoria.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
2ª CÂMARA

**PROCESSO TC N.º 16954/16**

Ante o exposto, proponho que a *2ª CÂMARA DELIBERATIVA* do *TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA* assine o prazo de 60 (sessenta) dias para que o gestor da PBPREV tome as providências necessárias no sentido de restabelecer a legalidade, conforme relatório da Auditoria, sob pena de multa, denegação do registro do ato concessivo e responsabilização da autoridade omissa.

É a proposta.

**João Pessoa, 15 de maio 2018**

Cons. Subst. Oscar Mamede Santiago Melo  
RELATOR

Assinado 16 de Maio de 2018 às 10:48



**Cons. Antônio Nominando Diniz Filho**  
PRESIDENTE

Assinado 15 de Maio de 2018 às 16:44



**Cons. Subst. Oscar Mamede Santiago Melo**  
RELATOR

Assinado 16 de Maio de 2018 às 12:28



**Cons. Arnóbio Alves Viana**  
CONSELHEIRO

Assinado 15 de Maio de 2018 às 16:47



**Cons. em Exercício Antônio Cláudio Silva Santos**  
CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO

Assinado 15 de Maio de 2018 às 20:11



**Bradson Tibério Luna Camelo**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO